

“Sob a percussão do martelo”: Nelson Werneck Sodré e a produção da Coleção História Nova na década de 1960

Rodrigo Czajka¹
Eduardo Russo Ramos²

16

Resumo: O artigo discute o tema da produção cultural e das trajetórias de intelectuais nas décadas de 1950 e 1960. Partimos da hipótese que as mudanças estruturais daqueles anos de política desenvolvimentista repercutiram na recomposição dos setores de produção cultural que, a seu modo, reconfiguraram os projetos das esquerdas e suas noções de brasilidade e resistência. Assim, ao abordarmos o itinerário de Nelson Werneck Sodré, nossa análise incide sobre o caso particular da realização da Coleção História Nova (CHN) e aborda algumas questões referentes à organização da intelectualidade de esquerda nos anos que antecederam o golpe de 1964. Ao tomarmos a CHN como objeto permite-nos esboçar algumas coordenadas sociológicas para pensar as formações culturais que estiveram em disputa naqueles anos. Também porque a produção da CHN revela aspectos que remetem a um modo de atuação intelectual que se estruturou no início da década de 1960 e se reproduziu nos anos seguintes ao golpe militar.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré; Coleção História Nova; Brasilidade Revolucionária; Intelectuais; Ditadura Militar.

¹ Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. E-mail: rodrigoczajka@ufpr.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3494-8372>.

² Mestre e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, contemplado com bolsa do Programa de Demanda Social da CAPES. E-mail: ramos.eduardorusso@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3789-3220>.

1. Intelectuais e artistas em busca da revolução brasileira

Há alguns anos era muito comum referir-se aos teóricos da formação da sociedade brasileira com o emprego de uma expressão no mínimo curiosa: “formadores do Brasil”³. Acepção carregada de perspectiva heroica e muito provavelmente elaborada com intenção de contemplar “personagens históricos” de grande importância. A noção de “formadores” também trazia consigo um entendimento muito particular sobre o papel da política e da ideologia na formação intelectual daqueles que explicariam e formariam o tecido social brasileiro. Detalhe semântico que demonstrava como uma sociedade, a partir de sua elite pensante – logo, capaz de formar modelos, propostas e projetos de desenvolvimento – constituía uma linhagem, um progresso intelectual retilíneo no qual figuravam apenas aqueles que contribuísssem para a formação de uma teoria sobre o Brasil. E evidente, sem desconsiderar a vigência naquele tempo de um tipo de interpretação positivista, em que se considerava o “formador” como um sujeito supostamente ciente de suas posições políticas, sociais e culturais e, sobretudo, capaz de exercitar o mais puro altruísmo em nome da causa nacional. Ou seja, a despeito de qualquer configuração ideológica estranha ao seu grupo social, das conformações do Estado a serviço do interesse das elites econômicas ou da interferência externa ao seu mundo social, o “formador”, ele próprio na sua legitimidade, representava a síntese do seu próprio tempo.

Entretanto, tal concepção já não possui a mesma validade de antes. Não tem mais eficácia analítica quando constatamos que uma determinada produção intelectual não resulta das concatenações de um único indivíduo que supostamente dotado de sensibilidade e sagacidade captura o espírito do seu tempo. No campo do pensamento social brasileiro ao se considerar o percurso e a obra de um artista ou intelectual como objeto de investigação, suas interlocuções, seu sistema analítico, sua inserção nos debates comuns ao seu grupo social tornam-se, da mesma forma, pressupostos fundamentais para se compreender não apenas o intelectual como parte de processo

³ Foi muito comum há alguns anos que editoras brasileiras mantivessem em seus catálogos coleções destinadas ao estudo dos problemas brasileiros sob a denominação “formadores do Brasil” - aliás, ainda hoje presente no catálogo da Editora 34. Outro singular exemplo foi a coleção “Brasiliiana”, editada pela Companhia Editora Nacional a partir da década de 1930, por Octalles Marcondes Ferreira. Estes dois exemplos demonstram a importância que a noção de “formadores” teve na organização não somente da bibliografia sobre pensamento político e social brasileiro, mas na formulação de interpretações e sedimentação de certas tradições analíticas. Mais detalhes, ver: Hallewell (1985, p. 300-304).

social da produção cultural, mas construir uma metodologia que nos permita abordar sociológica e dialeticamente autor e obra.

Por isso, enriquece a discussão quando as obras são circunscritas pela ação de seus autores e intervenção de seus interlocutores. A estrutura interna das obras e sua relação com dinâmicas históricas e sociais externas a elas permite-nos compreender e não apenas situar o “lugar social” de determinados conceitos, mas as mais diferentes “camadas” que compõem a análise autoral e como esta é composta de múltiplas referências, sentidos e interpretação. No caso específico aqui tomado como objeto de estudo, o trabalho de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), em especial a Coleção História Nova (CHN), nos fornece elementos para pensar as dinâmicas, as redes de sociabilidade intelectual que o historiador mobilizou para formulação de sua proposta editorial, no início da década de 1960. Aliás, um momento intenso e de efervescência editorial e de expansão de mercado de bens culturais no contexto desenvolvimentista (HALLEWELL, 1985, p. 431-462). Um momento em que transformações estruturais da sociedade brasileira são desenhadas não apenas pelas elites tradicionalmente protagonistas, mas sobretudo por agentes políticos até então ausentes de uma participação efetiva nestas transformações; tempo de debates sobre os limites da reforma e da revolução (CORBISIER, 1968), da presença e da necessidade da revolução brasileira (RAMOS, 1963).

Partindo da análise dessa conjuntura da década de 1960 é que alguns modelos analíticos têm sido propostos com a intenção de problematizar tais processos de formação cultural, bem como a complexidade a eles inerentes. Um destes conceitos que nos parece pertinente para pensar, como veremos, a atuação política e intelectual de Nelson Werneck Sodré, é o de *brasilidade revolucionária*. O sociólogo Marcelo Ridenti, ao tecer análise sobre a atuação de artistas e intelectuais de esquerda nas décadas de 1950 e 1960, observa que a formação de uma *brasilidade*, ou seja, de um imaginário referente à noção de identidade nacional, pode ser encontrada em debates ainda no século XIX. Entretanto, mas tema que se desenvolveu no pensamento social brasileiro somente a partir dos anos 1930, “de formas distintas e variadas à direita, à esquerda, conservadoras, progressistas, ideológicas ou utópicas” (RIDENTI, 2010, p. 9). Ridenti assume em seu trabalho as experiências intelectuais e artísticas identificadas com ideias, partidos e movimentos de esquerda, portanto *revolucionária*, na medida em que se trata

de uma vertente que aposta na possibilidade de uma “revolução brasileira, nacional-democrática ou socialista” (RIDENTI, 2010 p. 10). Ainda, segundo Ridenti,

Essa brasilidade revolucionária, como criação coletiva, viria a definir-se com mais clareza a partir dos final dos anos 1950, ganhando esplendor na década seguinte, seguido de seu declínio. Ela envolveria o compartilhamento de ideias e sentimentos de que estava em andamento uma revolução, em cujo devir artistas e intelectuais teriam um papel expressivo, pela necessidade de conhecer o Brasil e de aproximar-se de seu povo (RIDENTI, 2010, p. 10).

Inserindo-a num processo de longa duração, o autor compreende-a como resultado de uma construção coletiva realizada por uma diversidade de agentes sociais ao longo do processo de modernização da sociedade brasileira. Numa análise que parte da obra de Raymond Williams, esta construção é vista a partir do conceito de *estrutura de sentimento*, ou seja, só pode ser visualizada *a posteriori*, identificada e examinada historicamente através de seu estudo como uma “articulação de uma resposta a mudanças determinadas na organização social” (CEVASCO, 2001, p. 153). De acordo com o sociólogo:

O caráter de experiência viva que o conceito de estrutura de sentimento tenta apreender faz com que essa estrutura nem sempre seja perceptível para os artistas no momento em que a constituem. Torna-se clara, no entanto, com a passagem do tempo que a consolida – e também ultrapassa, transforma e supera (RIDENTI, 2010, p. 86).

A mobilização deste conceito por Ridenti busca compreender a formação de um imaginário crítico nos meios culturais da década de 1960, assim como seus desdobramentos ao longo das décadas seguintes (RIDENTI, 2010, p. 85). A riqueza desta hipótese reside na capacidade de identificar e problematizar o compartilhamento de ideias e sentimentos por artistas e intelectuais como expressado em suas intervenções, na relação entre essa “consciência prática de um tipo de presente” (WILLIAMS, 1979, p. 134) com os fatores mais amplos de nossa organização social e na possibilidade de revelar e tensionar analiticamente as relações entre produtores culturais dentro de um marco histórico e social.

Assim, se os termos *brasilidade* e *revolução* se conjugam, é para dar sentido ao engajamento experimentado por estes produtores dentro do que acreditavam assinalar-se como a anunciação de uma “revolução brasileira” (RIDENTI, 2010, p. 87). Porém, a

análise do autor também remete à outra dimensão importante desta conjugação: o *romantismo revolucionário* identificável nessas mesmas produções (LÖWY; SAYRE, 2015)

Assim, esta *estrutura de sentimento da brasilidade romântico revolucionária* procura dar conta, metodologicamente, do desafio interpretativo colocado aos pesquisadores pelas experiências de construção de uma identidade nacional política e cultural nas décadas de 1950 e 1960. Por seu turno, este recurso teórico-metodológico, segundo nosso entendimento, também corresponde à urgência sentida por uma nova geração de pesquisadores brasileiros em elaborar interpretações que considerem a amplitude e a complexidade dos *núcleos intelectuais* desconsideradas, sobretudo, pela literatura sociológica que se produziu nas décadas de 1970 e 1980.

Ora, se a obra e a intervenção política do Nelson Werneck Sodré no espaço público, na condição de intelectual de esquerda e representante de um certa matiz marxista, foi importante e predominante na década de 1960, nas décadas seguintes seu espólio crítico desintegrou-se frente à consolidação e a hegemonia de modelos analíticos que desconsideraram as experiências intelectuais das décadas anteriores⁴. Os novos circuitos, espaços e estratégias de consagração surgiram com a consolidação do sistema de ensino superior no Brasil e com isso novas formas de representação do intelectual (SAID, 2005) emergiram e tornaram-se predominantes. Com a transformação dos mecanismos de reconhecimento intelectual, Sodré foi alijado de um debate como se determinado por movimentos políticos inadequados já no processo de abertura democrática ao final da ditadura brasileira.

2. Esboços para um itinerário de Nelson Werneck Sodré

Historiador, crítico literário, oficial das Forças Armadas e militante comunista, Nelson Werneck Sodré nasceu no Rio de Janeiro em 1911 e faleceu em Itu, São Paulo, em 1999. Com uma trajetória marcada pelas profundas transformações sociais da história brasileira do século XIX, o intelectual carioca forjou sua identidade intelectual “entre o

⁴ Para uma leitura sobre as transformações do cenário intelectual brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980 e a consolidação de um *modus operandi* científico predominantemente universitário ver: Ridenti (2003).

sabre e a pena”, conforme expressão de uma das referências obrigatórias para o estudo de sua vida e obra, o pesquisador Paulo Ribeiro da Cunha (2011a; 2011b).

Importante intelectual na constituição de uma tradição marxista brasileira, um dos períodos mais marcantes de sua trajetória foi a participação na fundação e nas atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB entre 1954 e 1964. Num período de 10 anos o autor desenvolveu uma intensa produção intelectual voltada para refletir historicamente sobre nossa formação social e intervir diretamente no âmbito político e cultural em favor de uma revolução brasileira em que o epicentro das transformações fosse pautado na realização positiva de uma identidade nacional calcada na participação popular, na independência, na democracia, em nossas expressões culturais, na liberdade de expressão, entre outros valores que deram o tom das mediações entre cultura e política das esquerdas forjadas nos embates das décadas de 1950 e 1960.

21

Perseguido e preso pelos militares em 1964 em função de sua atuação no ISEB e por suas relações com o Partido Comunista Brasileiro – PCB, Sodré dedicou os últimos 37 anos de sua vida à pena: como referiu-se no fim da vida, a escrita era sua forma de participar (ALVES FILHO, 1998, p. 8). Envolvido em diversas polêmicas intelectuais e acadêmicas ao longo da década de 1970 e 1980 acerca de suas interpretações sobre a formação histórica brasileira, sobre o significado do golpe militar e do fracasso das esquerdas em 1964, foi, de acordo com um dos intérpretes de sua trajetória, alvo de uma extensa campanha crítica nos meios universitários levando-o a um ostracismo intelectual cada vez maior até o fim de sua vida (NETTO, 1992, p. 27; SILVA, 2001, p. 10-11).

Para além da experiência do ISEB, a interpretação que realizamos do itinerário de Sodré assinala o ano de 1958 como um marco biográfico e intelectual que revela inflexões significativas para considerá-la como ponto de partida para o nosso estudo. Assim, partimos da periodização atenta às particularidades desta trajetória proposta por Pinto (2011b). Para o autor, a produção de Sodré pode ser pensada em dois momentos cronológicos distintos: o primeiro, de 1938 à 1945; e o segundo, de 1958 à 1964 (PINTO, 2011b, p. 152). Ainda, três pontos devem ser observados para justificar nossa afirmação sobre a importância do ano de 1958: os aspectos de sua produção bibliográfica; as

mudanças na trajetória institucional do ISEB; e a reorientação política do PCB por conta do impacto da *Declaração sobre a política do PCB* de março de 1958.

Em relação à sua produção bibliográfica, Netto demonstra que no período de 1945 à 1958 Sodré publicou somente 4 obras, todas de circulação restrita (NETTO, 1992, p. 22-23). Segundo o autor, este relativo silêncio de 13 anos pode ser entendido como um momento de reflexão, elaboração e reelaboração teórica que tem relação com a própria experiência política da sociedade brasileira na abertura democrática que se realiza após o fim do Estado Novo (NETTO, 1992, p. 22). Para além da quantidade de obras, são do período subsequente e dos anos seguintes suas obras mais estudadas e discutidas: a *Introdução à revolução brasileira* (1958); a revisão e reedição da obra *História da literatura brasileira* ([1ª edição de 1938] [3ª edição revista e ampliada em 1960] 1964a); a *Formação histórica do Brasil* (1962); a *Coleção História Nova* (SANTOS, et. al., [1963] 1993); a *História da burguesia brasileira* (1964b); a *História militar do Brasil* (1965); entre outras que marcaram os debates travados neste conturbado período. Assim, podemos compreender 1958 como uma espécie de reinauguração de sua produção e intervenção intelectual, momento inclusive em que volta a publicar em editoras de grande circulação (a obra *Introdução à revolução brasileira* foi publicada pela Editora José Olympio).

O segundo elemento a ser observado sobre o ano de 1958 reside na própria trajetória institucional do ISEB. Fundado em 14 de julho de 1955 pelo governo de João Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi uma instituição pública de caráter universitário vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (PEREIRA, 2005, p. 253). Sua origem remonta às atividades do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), fundado em 1952, instituição oriunda dos encontros mensais de um conjunto de intelectuais paulistas e cariocas que viriam a ser conhecidos como o “Grupo de Itatiaia”, pois se encontravam no Parque Nacional do Itatiaia em espaço cedido através de negociações diretas de alguns de seus representantes com integrantes do segundo governo Vargas (1951-1954) (PEREIRA, 2005, p. 254).

O terceiro fator que gostaríamos de destacar diz respeito a outra inflexão, esta ocorrida no cerne da orientação política do PCB, que veio a afetar tanto o desenvolvimento de certa tradição marxista quanto o cenário político-cultural dos anos

que antecederam o golpe de 1964: referimo-nos à *Declaração sobre a política do PCB*, de março de 1958. De acordo com Antônio Albino Canelas Rubim:

A crise aberta no PCB, no ano de 1956, em consequência da denúncia dos crimes de Stalin efetuada por Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e do desenvolvimento político-cultural da sociedade brasileira na década de 1950, permite uma ruptura do (quase) monopólio e o surgimento de inúmeros polos de irradiação do(s) marxismo(s), cada vez mais plural, no Brasil (RUBIM, 2007, p. 374).

Nesta linha de argumentação e problematizando os reflexos da *Declaração*, Celso Frederico e José Antonio Segatto ressaltam o fato de que esta marcou tanto o abandono de uma orientação política sectária quanto a saída de um isolamento, o que viabilizou a presença dos comunistas no âmbito da agitação político-cultural dos anos que se seguiram (FREDERICO, 2007, p. 338-340; SEGATTO, 1995, P. 31-119). Sob os auspícios desta reconfiguração da linha partidária, o partido lançou o semanário *Novos Rumos* e a revista *Estudos Sociais*, esta dirigida por Astrojildo Pereira (ARIAS, 2003, p. 49; SANTANA e SILVA, 2007, p. 124).

23

Próximo ao PCB desde meados da década de 1940 (CUNHA, 2011a, p. 209-210), Sodré não somente participou em edições da nova revista nas edições de número 14, 17 e 18,⁵ como também cogitou inaugurar com colaboração de Jacob Gorender, no ano de 1963, o “Centro de Estudos Sociais” – inauguração anunciada em seu 15º número, em 1962 (ESTUDOS SOCIAIS, n. 15, 1962, p. 319).

Conforme Arias, o projeto do CES nunca se concretizou: “A presidência seria dada a Nelson Werneck Sodré. Mas o instituto acabou na primeira reunião, durante a definição de sua linha política” (ARIAS, 2003, p. 72). Conclusão extraída de uma série de entrevistas realizadas com Leandro Konder, Jorge Miglioli, Jacob Gorender e o próprio Sodré, a autora ainda identifica a ausência de menções ao CES após esta nota de 1962. No entanto, ao consultar o acervo de Sodré na plataforma do Acervo Digital da Biblioteca Nacional, nos deparamos com uma entrevista do autor na data de 17/10/1963 para o jornal *Última Hora* de São Paulo intitulada “Nelson Werneck Sodré fala sobre as origens do ISEB” onde consta informação de que estaria na cidade para uma série de palestras pelo CES sobre sua “revisão da formação histórica nacional” na Biblioteca Municipal

⁵ Para uma consulta integral aos números, índices e conteúdos da Revista *Estudos Sociais*, conferir: Arias (2003).

(NELSON..., 17 out. 1963). Logo, apesar do tema de sua militância comunista esteja longe de ser ponto pacífico entre os analistas (CUNHA, 2011b, p. 91; TOLEDO, 2005 p. 53), tais evidências documentais não somente indicam lacunas no estudo da trajetória do CES e do próprio Sodré, mas informam certa proximidade do historiador em relação às atividades político-culturais do PCB no período.

Outro dado relevante: se o ano de 1958 parece ter significado na trajetória e obra de Sodré o tempo de uma espécie de reinauguração de seu trabalho intelectual, o ano de 1962 parece representar uma intensificação deste processo. Como destacou Regina Hippolito, no final do ano de 1961, após conturbada negociação, o historiador conseguiu definitivamente efetivar sua transferência para a reserva, sendo reformado no posto de General de Brigada (HIPPOLITO, 2011, p. 207). A partir de 1962 sua dedicação ao trabalho intelectual e militante é exclusiva; ilustra estas coordenadas o fato de que já no ano de 1963 somou-se ao grupo de membros-fundadores do Comando de Trabalhadores Intelectuais (CZAJKA, 2011, p. 63).

24

Assim, desde já, a ênfase de nosso trabalho recai sobre sua atuação intelectual no imediato pré-golpe através do estudo da realização da *Coleção História Nova* (CHN), abordagem que nos permite tematizar tanto estas inflexões de sua trajetória intelectual no período quanto as coordenadas das intervenções político-culturais concebidas por intelectuais e artistas de esquerda na atmosfera efervescente do início da década de 1960.

3. A *Coleção História Nova*: dimensão intelectual e significado no interior da *brasilidade revolucionária*

A CHN foi uma obra que instigou muitos debates. Concebida no calor dos debates sobre as Reformas de Base, em pleno governo de João Goulart, a coleção foi elaborada a partir de uma rede composta por vários jovens intelectuais de diferentes instituições atuantes naquele cenário político e cultural de esquerda, antes de 1964. Enquanto projeto didático-editorial, foi produto de um esforço conjunto de integrantes quase simultâneos do ISEB, da FNF, do PCB e do MEC. Sendo de Sodré o papel de diretor deste esforço, os membros que integraram o grupo foram: Joel Rufino dos Santos, Pedro Alcântara Figueira, Maurício Martins de Mello, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e

Rubem César Fernandes; representando a ponte entre estes e o MEC, Roberto Pontual, então diretor da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES).

Denominada 30 anos depois por um de seus coautores como a “reforma de base no campo do ensino da História” (SANTOS, et. al. 1993, p. 16), a CHN teve como objetivo a “tentativa já impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história” (SANTOS, et. al. 1993, p. 115). Organizada através de monografias redigidas coletivamente, a coleção teve três edições: a primeira, publicada em 1964, pelo convênio ISEB-CASES, ambos vinculados ao MEC; a segunda, publicada em 1965, pela Editora Brasiliense, do marxista paulista Caio Prado Júnior, através de intervenção de Sodré; e a terceira, publicada em 1993, reedição idealizada pelo editor Cláudio Giordano em virtude do seu trigésimo aniversário de lançamento, trazendo importantes depoimentos inéditos de seus autores. Cada edição apresentou projetos editoriais distintos e, inclusive, enquanto a primeira edição foi publicada sob o título *Coleção História Nova*, as duas últimas trouxeram o título *História Nova do Brasil* (CARDOSO, 2016, p. 133-142).

25

De acordo com os dados trazidos por Fonseca, os primeiros projetos apresentavam os seguintes planos:

Coleção História Nova (plano da Cases): 1) O descobrimento do Brasil; 2) A sociedade do açúcar; 3) As invasões holandesas; 4) A expansão territorial; 5) A decadência do regime colonial; 6) A Independência de 1822; 7) Da Independência à República (evolução da economia brasileira); 8) O sentido da Abolição; 9) O advento da República; 10) O significado do florianismo. História Nova do Brasil (plano da Brasiliense): 1. Volume 1 (publicado): 1) Descoberta do Brasil; 2) Sociedade do açúcar; 3) Invasões holandesas; 4) Expansão territorial. Volume 2 (não publicado): 1) Mineração; 2) Independência de 1822; 3) Crise da Regência. Volume 3 (não publicado): 1) Império. Volume 4 (publicado): 1) Abolição; 2) Advento da República; 3) Florianismo. Volume 5 (não publicado): 1) República oligárquica. Volume 6 (não publicado): 1) Revolução brasileira (FONSECA, 2008, p. 196-197).

Da primeira edição, somente cinco volumes foram publicados (volumes 1, 3, 4, 6 e 7) e três estavam sendo redigidos quando a instalação da ditadura civil-militar no 1º de abril de 1964 suspendeu e depois extinguiu o ISEB, prendeu seus autores – inclusive o próprio Sodré –, proibiu sua venda e circulação e em seguida instaurou inquéritos policial-militares, os IPMs, para investigar as ações subversivas representadas pelas atividades do ISEB e da CHN (CZAJKA, 2012). Suspensa a redação do projeto, apesar da

tentativa de Sodré de publicá-lo através da editora de Caio Prado Júnior em 1965 (LOURENÇO, 2008, p. 396), nunca foi publicado integralmente em nenhum de seus planos editoriais e residiu mais na memória de seus autores do que nas prateleiras das livrarias e bibliotecas.

Parte significativa da literatura sobre a CHN aborda-a a partir de sua dimensão educacional, são exemplos: Guimarães e Leonzo (2003), Lourenço (2008), Cardoso (2013; 2016; 2019) e Lima (2017). Os trabalhos de Pinto, já citados, também seguem a mesma tendência, com ênfase significativa na abordagem histórica desta dimensão político-didática do projeto (PINTO, 2001; 2011a). Tais leituras acompanham, de forma mais próxima ou mais distante, a caracterização realizada pela pesquisadora e professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça em sua dissertação *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60*, publicada em 1990. Importante trabalho sobre o assunto, além de resgatar factualmente a realização do projeto a autora também teve a oportunidade de entrevistar parte de seus autores. Sintetizando sua leitura, Mendonça enfatiza a dimensão militante da realização da CHN, acompanhando sua idealização e realização em consonância política às reformas de base (MENDONÇA, 1990, p. 34). São muitos os méritos deste plano de trabalho, tendo registrado e analisado uma série de informações relevantes sobre a constituição do grupo e sua atuação.

A comparação realizada pela autora entre a CHN e os compêndios didáticos do período a leva a considerar suas diferenças nos termos de seus conteúdos: relacionar a história do Brasil à história internacional; romper com a história política que enfatiza somente a ação de heróis isolados; e estabelecer a relação entre presente e passado, apontando a necessidade de se buscar soluções para os problemas contemporâneos (MENDONÇA, 1990, p. 63-64). Partindo do estudo das dimensões intelectuais da CHN observamos, entretanto, que estas preocupações não expressam somente a tentativa de romper com a historiografia oficial; a busca dessas soluções não foi uma busca genérica ou abstrata, é uma busca mediada pelas lutas políticas do período e por seu cenário político-intelectual de forma mais ampla. A última sentença do volume 7 da coleção expunha traços destas mediações, referindo-se ao quadro da abolição da escravidão:

Estes e outros problemas foram adiados para os nossos dias, quando se colocam soluções como as reformas de base. A luta que se travava pela emancipação nacional, pela emancipação do trabalho, era feita desordenadamente, contando apenas com alguns defensores isolados. Ainda não nos libertamos do subdesenvolvimento, do analfabetismo, da miséria, porque ainda permanecem as mesmas causas: o latifúndio e a exploração do país pelo capital estrangeiro. Há, entretanto, no momento atual, uma diferença fundamental que é a luta das forças mais representativas do povo brasileiro pelas reformas de base e contra a situação de submissão ao capital estrangeiro. Esta é a grande diferença e só ela faz crer que as forças do progresso sairão vencedoras (SANTOS, et al., 1964, p. 72-73).

Estas mediações ainda podem ser analisadas se pensarmos na emergência de novos atores e projetos na cena política e cultural do país no período do pré-golpe (CZAJKA, 2009, p. 119). A politização decorrente destes processos se fazia notar nas intenções de se constituir um projeto de transformação carregado pelas noções de “nacional”, “popular”, “autenticidade” (Idem), entre outras, que compõem, na linguagem, os valores e sentimentos da *brasilidade revolucionária*. No IPM da História Nova consta um documento assinado por Roberto Pontual e dirigido ao Ministro Júlio Furquim Sambaqui, que assumiu a pasta de Paulo de Tarso após seu pedido de demissão (de 21 de outubro de 1963 até 31 de março de 1964), onde nota-se a expressa utilização desta terminologia para afirmar a pertinência da CHN no plano institucional do MEC:

No momento em que todo o País começa a despertar para os seus problemas de caráter realmente estrutural e quando amplas camadas de nosso povo se organizam para remover os entraves que obstaculizam o seu pleno desenvolvimento, torna-se de fundamental importância o conhecimento autêntico de como o processo histórico brasileiro veio se desenrolando, do Descobrimento até os nossos dias.” (INQUÉRITO Policial Militar nº 481, 1966b, p. 1192).

O grupo “Alegria de Estudar”, como os jovens historiadores se nomeavam, tem sua origem nas tensões entre as correntes no interior do movimento comunista e a análise da narrativa dos autores sobre tal tema nos auxilia a explorar as coordenadas da experiência da CHN no interior da *brasilidade revolucionária*. De acordo com Rubem César, referindo-se à “linha chinesa” do PCB:

Eles achavam um absurdo que diante de um momento revolucionário, que nós nos trancássemos para estudar e escrever. Então, a nossa corrente, do movimento estudantil, digamos, de esquerda, na época, nós, os italianos, a nossa turminha, que acabou na época na *História Nova*, havia mais gente mas... por exemplo, Élio Gaspari, que era jornalista, era dessa turma italiana, mas nós

que fomos trabalhar com o Sodré, nós criamos inclusive um pequeno movimento chamado “Alegria de Estudar”, “Alegria de Estudar Pede Passagem”, para sacanear os chineses. Então, era assim, a ideia de que a ideia de estudar fosse fora de hora no ambiente revolucionário, havia essa queixa do pessoal da esquerda. (CARDOSO, 2019, p. 336).

O depoimento de Joel Rufino dos Santos aponta para outro fator, comum também nos depoimentos de Rubem, Maurício e Pedro de Alcântara (CARDOSO, 2019, p. 337; p. 319; p. 328), sobre a mediação do PCB nestas relações:

Eu não me considerava “bom aluno”, embora estudasse História do Brasil com afinco – e esse contrassenso era, aliás, um traço da época. (...) Havia, porém, no meu pequeno currículo um fato “notável”: eu era membro da base universitária do Partido Comunista. O convite para assistente de Werneck Sodré foi prontamente aceito por mim, mas teve de ser referendado pela base do Partido. Era um posto de privilégio pessoal, mas, sobretudo, de importância política e eu deveria ocupa-lo como *quadro intelectual*. Nunca, que me lembre, fui cobrado por qualquer instância do partido, mas o compromisso era inelutável. (...) O que levou, ademais da militância, um conhecido e renomado historiador a me confiar aquele cargo? Provavelmente, uma combinação de fatores: a necessidade de escapar ao isolamento político e institucional a que o Instituto, sob fogo cerrado da imprensa golpista, fora levado pela “radicalização e sectarização” da sua base de apoio; a falta de recursos, que impedia a contratação de estudiosos mais experientes; e, enfim, a estratégia, quase um impulso irrefreável, comum nessas circunstâncias, de “acelerar na curva” (SANTOS, 2005, p. 44-45).

28

Estas declarações são interessantes e acompanham, de certa forma, a trajetória do partido após a reorientação política realizada em 1958. De acordo com Ridenti, a participação nos círculos intelectuais do partido representava uma série de oportunidades e possibilidades, tanto no plano nacional quanto no plano internacional, e constituía um dos principais meios de expressão dos novos círculos intelectuais que se ampliavam com o aumento da escolarização da população urbana. Segundo o autor, a maior dinamização dessa relação entre o partido e o ISEB remonta a esse período (RIDENTI, 2010, p. 79).

Assim, sem tratar esta relação como uma “comunização” do ISEB ou como uma forma de controlar e direcionar suas atividades a partir da atuação de seus membros, a influência do partido nos meios intelectuais parece ter lhe permitido mobilizar estas plataformas institucionais abertas pela atmosfera política radicalizada que lançava-os na mesma trincheira das lutas do período.

Referindo-se ao ritmo de estudo dos integrantes do grupo, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto comentou na ocasião da reedição da CHN que o envolvimento na atividade intelectual lhes custou o rótulo de: “grupo revisionista e pequeno-burguês” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 58). Participando da intensa mobilização estudantil do período, o que evidencia os nexos entre esta e o campo de intenções da CHN, o autor relembrou que o grupo promovia intensa vida cultural e o fator geracional causou conflitos diretos com os professores catedráticos da FNFi (Ibidem, p. 56).

Joel Rufino dos Santos também ressalta este aspecto da relação entre a produção cultural e a mobilização política do período numa passagem anedótica:

A gestão de Paulo de Tarso no Ministério da Educação e Cultura era *jovem* – aplicávamos em nós próprios o título de uma peça em cartaz, *Vitor, ou as crianças no poder*. Havia o PNA (Plano Nacional de Alfabetização), a CASES (Campanha de Assistência ao Estudante), dirigida por Roberto Pontual e, às vésperas do golpe, o CPC (Centro Popular de Cultura), os *Cadernos do Povo Brasileiro* e a *História Nova*, de sucesso surpreendente naquele março de 1964. Essas ações foram concebidas, coordenadas e lideradas, quase sem exceção, por pessoas de menos de trinta anos (SANTOS, 2005, p. 48-49).

29

Se, conforme o depoimento de Joel Rufino dos Santos sobre a atmosfera da produção cultural do período, lembrando frase do dramaturgo Nelson Rodrigues, “é pecado não ser jovem no Brasil” (SANTOS, 2005, p. 49), Sodré ao relatar o andamento do IPM do ISEB evidenciou que, após o golpe, “ser jovem” se tornava crime capital (SODRÉ, 1994, p. 68).

Cumprir notar também que, neste período, o ISEB dirigido pelo professor Álvaro Vieira Pinto – que também era professor na FNFi –, enfrentou diversas dificuldades: financeiras, em virtude do não recebimento da dotação orçamentária do ano de 1961; a suspensão do Curso Regular no mesmo ano pela insuficiência de recursos; e uma campanha de isolamento perpetrada pela imprensa por conta da explícita adesão de parte de seus membros à campanha do Marechal Teixeira Lott à presidência da República no ano de 1960 (PEREIRA, 2002, p. 200-201).

Além do recurso aos cursos extraordinários e às atividades fora da Instituição, em nossa interpretação, duas estratégias – que às vezes se confundem – foram mobilizadas por seus integrantes, especialmente identificadas na atuação de dois dos “isebianos históricos”, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, que permaneceram

até sua extinção em 1964: os convênios com editoras, como o caso da Civilização Brasileira (CZAJKA, 2009, p. 113), para contornar a redução drástica, por motivos financeiros, das atividades do Serviço de Publicação do ISEB (PEREIRA, 2002, p. 200); e a formação de grupos de jovens estudantes e professores para dar conta das atividades do Instituto no cenário de isolamento político que a campanha da imprensa lhe impingia (MENDONÇA, 2011, p. 336).⁶

Parece ser este o caso da realização da CHN, cujo projeto editorial foi elaborado em convênio com a CASES em edições de treze por dezenove centímetros em que, além de serem distribuídas para os professores cadastrados no MEC, dentre os vinte e quatro mil exemplares de sua primeira impressão, três mil quatrocentos e vinte e cinco livros foram destinados à comercialização em livrarias do Rio de Janeiro com retorno financeiro à CASES (CARDOSO, 2019, p. 113-114). É interessante observar que esta atmosfera parece ter imposto um ritmo próprio aos trabalhos do grupo no ISEB. Investigando esta dimensão da realização da CHN podemos compreender melhor seu significado enquanto intervenção intelectual.

Joel Rufino dos Santos relatou que a própria concepção do projeto acompanhou propositivamente o clima de agitação: “Aquele era o *clima*, aqueles eram os *cenários*, aqueles éramos nós, os *jovens isebianos*, aquela era a *nossa ação*.” (SANTOS, 2005, p. 43-44). Em nossa leitura, este clima e a posição privilegiada ocupada por Sodré no cenário intelectual, num momento de sua trajetória já marcado pela dedicação exclusiva à sua vocação intelectual e com presença expressiva nos círculos intelectuais de esquerda, refletiu no ritmo e nos interesses que ficaram marcados na atuação do grupo. Em depoimento, Ênio Silveira, então proprietário da editora Civilização Brasileira e importante figura intelectual do período, observou que, dentre os diversos intelectuais de esquerda com quem conviveu no pré-golpe, Sodré se destacava por sua atuação no debate sobre a crise política e na denúncia da montagem de um golpe que poderia acontecer; relata ainda que Sodré organizou uma lista de militares que estavam comprometidos com o possível golpe (SILVEIRA, 2014, p. 185).

⁶ Jorge Miglioli, que foi assistente de Álvaro Vieira Pinto, relata que este também formou uma equipe com estudantes recém-graduados que participou ativamente na produção editorial do ISEB no pré-golpe. Dentre eles, o próprio Miglioli, Wanderley Guilherme dos Santos e Helga Hoffman, todos autores de volumes da série *Cadernos do Povo Brasileiro* (MIGLIOLI, 2005, p. 71).

Objeto de grandes distensões no interior das esquerdas no período, acreditamos que o cenário de radicalização, mesmo que alvo de preocupação e contenção por parte de Sodré, tenha se inscrito no ritmo dos trabalhos do grupo. Observe-se que em algumas ocasiões o autor destacou que concebia seus projetos de forma lenta, ao longo prazo. Referindo-se ao livro *História da Burguesia Brasileira*, publicado no ano de 1964, o autor escreveu: “Eu depositava muitas esperanças nesse livro, escrito devagar e calcado em demoradas pesquisas e reflexões.” (SODRÉ, 1994, p. 39). Em entrevista no ano de 1965 sobre a publicação de duas obras simultaneamente, *Ofício de Escritor* e *O Naturalismo no Brasil*, questionado sobre esta simultaneidade o autor respondeu:

Por coincidência. São matérias acumuladas ao longo de uma vida de escritor. Escrevo muita coisa que vou guardando, quando tenho uma fase de pausa, ordeno, costuro, acrescento o que falta. Aconteceu assim com o “Ofício” e o “Naturalismo”. A coincidência é apenas de edição (O AUTOR... 1965).

31 No entanto, as circunstâncias do ano de 1963 parecem ter dinamizado radicalmente essa escrita vagarosa. O depoimento dos integrantes do grupo “Alegria de Estudar” refletem este ritmo, esta urgência. Pedro Celso comentou este ritmo na realização, por parte do mesmo grupo, da redação do livro *Quem matou Kennedy?*:

Durante todo esse período (segundo semestre de 1963 até o golpe de 1964), somente uma vez o trabalho da *História Nova* foi interrompido. Deu-se isso quando do assassinato de Kennedy, em novembro de 1963. Numa semana resolvemos publicar um volume sobre *Quem matou Kennedy?* Cada um de nós preparou um capítulo, com notas, recortes, bibliografia, enfim, material que discutíamos entre nós e depois levávamos à mesa de Nelson. Ele, filtrando o nosso trabalho, acrescentando o seu próprio, com aquela facilidade incrível de escrever, fez que, quinze dias depois do assassinato, estivesse nas livrarias um volume que veio a esgotar-se em menos de um mês, apesar da grande tiragem. Lembro-me que, pelo menos no Rio, a prontidão da resposta ao fato histórico causou repercussão. (Julgo que foi nesta época do *Quem matou Kennedy?* que Sodré, chegando sempre pontualmente cedo no ISEB, teve a surpresa de nos ver já trabalhando e exclamou: “É uma forja!”) (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 60).

Questionado sobre os métodos de trabalho coletivo do grupo, Rubem César também referiu-se ao ritmo desta “forja” em que se tornaram no segundo semestre do ano de 1963, agora como “linha de produção”:

Eu era o assistente, nós fazíamos o seguinte, o Sodré dirigia, e era para produzir livros, pequenos manuais para professores de História do Brasil, e tinha que

produzir muito rapidamente para serem impressos e distribuídos para professores do Brasil inteiro. Então era uma coisa urgente, rápida! O Sodré montou a turma e fez uma linha de produção. Ele reunia conosco, era tudo muito discutido, muito conversado, o Sodré tinha uma cabeça muito aberta. Nós dividíamos por temas. Eu, por exemplo, fiquei com dois temas, peguei a independência de 1822, que era o tema, o título da independência de 1822 até Floriano Peixoto, e outros colegas pegaram outros momentos da História, outros capítulos. Nós trabalhávamos naqueles temas, redigíamos a primeira versão nossa e passava a primeira redação, o primeiro rascunho, notas, observações e o Sodré juntava aquele material em uma velocidade assustadora e redigia tudo. Sodré era uma máquina de escrever! Naquele tempo era na máquina de escrever, não existia computador. (...) Mas havia uma certa metodologia de trabalho que era bem acelerada, por esse motivo nós conseguimos produzir em poucos meses, em mais ou menos seis meses, a coleção que acabou de virar a *História Nova* e foi distribuída, chegou a ser distribuída pelo Ministério da Educação (CARDOSO, 2019, p. 337-338).

O depoimento de Joel Rufino dos Santos aponta ainda com esta posição uma característica da sua atuação no ISEB em sua última fase, concomitante à produção e distribuição da CHN:

32

Eu e meus jovens colegas trouxemos para o Instituto a possibilidade de ações extramuros, como foram, por exemplo, aquele curso no Sindicato dos Metalúrgicos, a publicação em sete dias de um best-seller de *história imediata* (*Quem matou Kennedy*, redigido por Sodré sobre uma pesquisa dos assistentes) e a *História Nova do Brasil*. Quando leigos nos perguntavam o que era *História Nova*, poupávamos tempo: “É a Reforma de Base no ensino da História”. Suponho, assim, que a tentativa de concretizar as possibilidades sugeridas por essas ações foi a principal característica do *último ISEB* (SANTOS, 2005, p. 47).

Por seu turno, observando as memórias de Sodré e esta postura do grupo, depois criminalizada pelos militares com a instauração do IPM do ISEB, demonstrava a tentativa de romper com o isolamento ao qual a instituição era submetida:

Jamais nos encastelamos e isolamos, jamais recusamos levar o nosso ensino onde fosse solicitado. Isso, que pareceu a alguns até mesmo quebra de alta dignidade da cátedra pós-universitária, e a encarregados de IPM parecendo mesmo uma tarefa conspirativa, uma atividade subversiva, era o deliberado rompimento com o timbre, o traço, a atitude e a atividade aristocrática que a Universidade conserva ainda no Brasil e que tanto contribui para distanciá-la da realidade (SODRÉ, 1986, p. 120).

O sentido de renovação e de urgência impressos neste projeto são também atestados na narrativa de Joel Rufino dos Santos sobre a origem do nome que deram ao título da coleção. Em uma referência exemplar do compartilhamento de valores e sentimentos no interior da *brasilidade revolucionária* e também da ativa participação

desta formação cultural na construção destas práticas culturais, são essas as palavras do autor:

A turma do ISEB (Pedro de Alcântara, Maurício, Rubem César, Pedro Celso e eu) inventou a História Nova na Praia do Leblon. Não havia o cinema novo e a bossa nova? Vendo cair a tarde, imaginamos fazer a mesma coisa no front da História do Brasil (SANTOS, et. al., 1993, p. 16).

Ao investigar o lançamento da coleção em evento realizado no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, encontramos depoimento de Sodré na edição de janeiro de 1964 no *A voz dos metalúrgicos* em que, além do léxico típico da *brasilidade revolucionária*, a dimensão da urgência reapareceria:

No nosso encontro só vamos discutir o que interessa. Não temos tempo a perder, nenhum trabalhador tem tempo a perder. Como as coisas tem sempre dois lados opostos, discutiremos: O domínio estrangeiro e a luta contra o domínio estrangeiro; a propriedade territorial e as restrições à propriedade, o problema dos poucos que tem terras e dos muitos que não tem; a luta pela industrialização do Brasil e a defesa da estagnação industrial; a luta pela democratização da sociedade brasileira e a defesa dos privilégios de classe; as novas forças, que estão realizando a Revolução Brasileira e as velhas forças que querem impedir o inevitável (METALÚRGICOS, 1964).

33

Como lembrou Joel Rufino dos Santos, esta não foi a primeira vez que os jovens estudantes e historiadores, na companhia de Sodré, estiveram no Sindicato dos Metalúrgicos. No ano de 1963: “O professor Werneck Sodré (ele preferia não ser chamado de general) abriu e fechou o curso (seis aulas-conferências), deixando as aulas intermediárias para seus jovens assistentes” (SANTOS, 2005, p. 43).

A abordagem destes aspectos, identificados e tensionados por conta da leitura que realizamos sobre os aspectos formativos deste grupo de jovens intelectuais orientados por Sodré, aponta para dois elementos fundamentais que não foram suficientemente aprofundados em nenhum dos trabalhos anteriores sobre o grupo ou sobre a produção da CHN. Primeiro, seu modo de produção coletivo ou, como se referiu Joel Rufino dos Santos, o “democratismo acadêmico” (SANTOS, 2005, p. 53-54) inerente à sociabilidade destes intelectuais para com as premissas de uma noção revolucionária no estudo da história do Brasil. Também pelo fato das publicações estamparem o nome de todos os autores em ordem alfabética, e não postulando o nome de Sodré como principal autor ou como organizador do material (MENDONÇA, 1990, p. 37; CARDOSO,

2019, p. 322). Segundo, que esse “democratismo” apontava, em certa medida, para aqueles elementos românticos identificados por Ridenti (2014, p. 11), em que a resistência à fragmentação dos indivíduos e sentimento de pertença comunitária intelectual, bem como o ritmo sugerido pela atmosfera política apontava para uma *estrutura de sentimento* específica, tornavam aquelas práticas culturais sintonizadas com a intensa mobilização política das esquerdas em torno dos pautas de transformação social.

4. Considerações finais

Enfatizamos neste artigo a necessidade de pensar o projeto editorial da CHN pela sua importância – ainda que subestimada – no cenário dos debates intelectuais da primeira metade da década de 1960. Que seu significado histórico e cultural ultrapassava os limites de uma experiência didática ou educacional inovadora no campo da historiografia e compreendemo-la como parte de um projeto político de intervenção intelectual num cenário de intensas transformações estruturais da sociedade brasileira. Nesse sentido, a CHN necessita ser compreendida tanto como um sintoma do cenário cultural radicalizado pelo clima das reformas durante o governo de João Goulart, quanto como um episódio da trágica derrota política das frentes progressistas e da vaga democrática instalada pela Constituição de 1946 e obliterada pelo golpe de 1º de abril, em 1964. A coleção, bem como seus autores, não só foi alvo direto da violência, da repressão e do “terrorismo cultural” institucionalizado pelo golpe, mas foi o *leit-motiv*, junto do ISEB, que justificou a montagem golpista nos dias que antecederam o avanço das forças do General Olímpio Mourão Filho de Juiz de Fora para a cidade do Rio de Janeiro. Ambos, ISEB e CHN, foram alvos privilegiados da ofensiva reacionária da imprensa contra o governo de Jango, como documentado em detalhes, manchete à manchete, por Sodré ainda no ano de 1965 no artigo “História da História Nova” publicado na quarta edição da *Revista Civilização Brasileira* (CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, n. 4, 1965, p. 71).

Publicada um mês antes do golpe civil-militar, o prefácio dos volumes da CHN trazia um tom tanto otimista quanto combativo, expressando de forma nítida a amplitude das intenções de sua intervenção intelectual:

Julgam, assim, que esta é a História de que a sociedade brasileira necessita, hoje, como um dos elementos indispensáveis ao seu avanço. Esperam a crítica de todos os que se interessem pela História, valorizam tal crítica, acatam-na, não importando a discordância de opinião. Se todos os homens pensassem igual, não haveria necessidade de ciência, nem de arte, nem de debate, nem de liberdade, e as criaturas seriam como os pregos, feitas em série, aos milhões, ou conservadas iguais sob pressão, como os pregos ainda, sob a percussão do martelo. De tais críticas, em resultado final, surgirá a História Nova do Brasil, em suas verdadeiras dimensões. (SANTOS, et al., 1993, p. 119).

Sob a percussão do martelo, resumida como episódio trágico da trajetória de seus autores, a CHN ressurgiu como um rico objeto de pesquisa que permite a abertura de um leque de indagações sobre a atmosfera política, cultural e intelectual da década de 1960. Compreendida como um projeto muito mais amplo do que uma reforma educacional, possibilita entrever as nuances das relações institucionais que viabilizaram-na em sua relação com o profuso cenário das esquerdas políticas e culturais de um dos períodos históricos mais relevantes da formação do Brasil moderno.

35

5. Referências

ALVES FILHO, I. Apresentação. In: SODRÉ, N. W.; ALVES FILHO, I. (org.). **Tudo é política: 50 anos do pensamento de Nelson Werneck Sodré em textos inéditos em livro e censurados**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ARIAS, S. **A revista *Estudos Sociais* e a experiência de um “marxismo criador”**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, p. 187, 2003.

CARDOSO, V. C. **História Nova do Brasil (1963-1965): uma nação “imaginada”**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, UFG, Goiânia, p. 173, 2013.

CARDOSO, V. C. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 127-154, jan./jul., 2016.

CARDOSO, V. C. **A história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da História Nova do Brasil (1963-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, UFG, Goiânia, p. 362, 2019.

CAVALCANTI NETO, P. C. U. Visões impressionistas da *História Nova do Brasil* e suas circunstâncias, trinta anos depois... In: SANTOS, J. R. dos; et. al. **História nova do Brasil (1963-1993)**. São Paulo: Loyola/Giordano, 1993.

CEVASCO, M. E.. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CORBISIER, R. **Reforma ou revolução?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CUNHA, P. R. da. **Um olhar à esquerda:** a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011a.

CUNHA, P. R. Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas questões e uma problemática. In: CUNHA, P. R ; CABRAL, F. (orgs.). **Nelson Werneck Sodré:** entre o sabre e a pena. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011b.

CUNHA, P. R. Nelson Werneck Sodré e o Clube Militar: militância à esquerda. In: NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **Comunistas brasileiros:** cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CUNHA, P. R. Nelson Werneck Sodré. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. F. (orgs.). **Intérpretes do Brasil:** clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

36

CUNHA, P. R; CABRAL, F. (orgs.). **Nelson Werneck Sodré:** entre o sabre e a pena. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011b.

CZAJKA, R. O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960. **Temáticas**, Campinas, v. 19, n. 37/38, p. 57-80, jan./dez. 2011. Disponível em:

<<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13671>>.

Acesso em: 10 nov. 2019.

CZAJKA, R. Livros da subversão: imprensa comunista e a coleção História Nova do Brasil. **Literatura e Autoritarismo**, v. 7, p. 298-312, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115227>>. Acesso em: 30 set. 2017.

CZAJKA, R. **Praticando delitos, formando opinião:** intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968). Tese de doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, 2009.

FONSECA, S. G.. História Nova do Brasil. In: SILVA, M. (org.). **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

FREDERICO, C. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, J. Q. de (org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. v. 3. Campinas: Unicamp, 2007.

GUIMARÃES, L. M. P.; LEONZO, N. A reforma de base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 149, 2º sem. 2003, p. 235-251.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 1985.

HIPPOLITO, R. Enfoques de uma vida militante. In: CUNHA, P. R. da; CABRAL, F. (orgs.). **Nelson Werneck Sodré**: entre o sabre e a pena. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

LIMA, G. P. de. **Eles ousaram! Projeto História Nova do Brasil**: as reformas de base começaram pela educação. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar, São Carlos, 2017.

LOURENÇO, E. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 385-406, 2008.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDONÇA, S. G. L. de. Werneck Sodré, História Nova: contribuição pioneira ao ensino de História no Brasil. In: CUNHA, P. R. da; CABRAL, F. **Nelson Werneck Sodré**: entre o sabre e a pena. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

MENDONÇA, S. G. L. de. **A experiência da história nova**: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 1990.

MIGLIOLI, J. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, C. N. de (org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NETTO, J. P. Prefácio. In: SODRÉ, N. W. **O Naturalismo no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PEREIRA, A. E. **O ISEB na perspectiva de seu tempo**: intelectuais, política e cultura no Brasil – 1952-1964. Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, São Paulo, p. 261, 2002.

PEREIRA, A. E. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, C. N. de (org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PERICÁS, L. B.; SECCO, L. F. (orgs.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, J. A. da C. Nelson Werneck Sodré e o projeto da História Nova do Brasil. In: SILVA, M. (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

PINTO, J. A. da C. A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil (1963-1965). In: CUNHA, P. R. da; CABRAL, F. (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011a.

PINTO, J. A. da C. Nacionalismo e História em Nelson Werneck Sodré (1911-1999). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 119, abr. 2011b, p. 151-163. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12992>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

RAMOS, A. G. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

RIDENTI, M. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: RIDENTI, M; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (orgs.). **Intelectuais: sociedade e política**, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003. p. 197-212.

RIDENTI, M. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: UNESP, 2010.

RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: UNESP, 2014.

38

RUBIM, A. A. C. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, J. Q. de (org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. v. 3. Campinas: Unicamp, 2007.

SAID, E. **Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SANTANA, M. A.; SILVA, F. T. da. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, J. R. dos. História Nova: conteúdo histórico do último ISEB. In: TOLEDO, C. N. de (org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SANTOS, J. R; et. al. **Da Independência à república: evolução da economia brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1964. (Coleção História Nova, v. 7).

SANTOS, J. R; et. al. **História nova do Brasil (1963-1993)**. São Paulo: Loyola/Giordano, 1993.

SEGATTO, J. A. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, M. **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

SILVEIRA, E.. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, C. N. de (org.) **1964: visões críticas do golpe**: Democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964a.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964b.

SODRÉ, N. W. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, N. W. **O Naturalismo no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SODRÉ, N. W. **A fúria de Calibã**: memórias do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SODRÉ, N. W; ALVES FILHO, Ivan (org.). **Tudo é política**: 50 anos do pensamento de Nelson Werneck Sodré em textos inéditos em livro e censurados. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TOLEDO, C. N. de (org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOLEDO, C. N. de (org.). **1964: visões críticas do golpe**: Democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

REVISTAS CITADAS

Revista Estudos Sociais, n. 15, dezembro de 1962, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://marxismo21.org/revistas-de-esquerda/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Revista Civilização Brasileira, n. 4, setembro de 1965, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://marxismo21.org/revistas-de-esquerda/>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

FONTES DOCUMENTAIS

NELSON Werneck Sodré fala sobre as origens do ISEB. **Última Hora**, São Paulo, 17 out. 1963. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355165/mss1355165.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

O AUTOR e o livro [Entrevista com Nelson Werneck Sodré]. [S.n.], Rio de Janeiro, 1965. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355227/mss1355227.pdf> Acesso em: 03 fev. 2020.

METALÚRGICOS estudarão verdadeira história. **A voz dos metalúrgicos**, Rio de Janeiro, jan. 1964. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355169/mss1355169.pdf> Acesso em: 03 fev. 2020.

INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. **Relatório do general Manoel Mendes de Almeida**. IPM da História Nova do Brasil. Brasília: STM/SeArq, 1966a. Vol. 02.

INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. **Por uma nova História do Brasil (Roberto Pontual)**. Documento apreendido no ISEB. IPM da História Nova do Brasil. Brasília: STM/SeArq, 1966b.

"Under the percussion of the hammer": Nelson Werneck Sodré and the production of the Coleção História Nova in the 1960's

Rodrigo Czajka
Eduardo Russo Ramos

Abstract: This article discusses the theme of cultural production and the trajectories of artists and intellectuals in the 1950s and 1960s. We start from the hypothesis that the structural changes of those years of developmental politics had repercussions on the recomposition of the sectors of cultural production that, in their own way, reconfigured the leftist projects and their notions of Brazilianness and resistance. Thus, when approaching Nelson Werneck Sodré's itinerary, our analysis focuses on the particular case of the creation of the Coleção História Nova (CHN) and addresses some questions regarding the organization of left-wing intellectuals in the years leading up to the 1964 coup. CHN as an object allows us to sketch some sociological coordinates to think about the cultural formations that were in dispute in those years. Also because the production of CHN reveals aspects that refer to the means of intellectual actuation that was structured in the early 1960s and reproduced in the years following the military coup.

Keywords: Nelson Werneck Sodré; História Nova Collection; Revolutionary Brazilianness; Intellectuals; Military Dictatorship.

"Bajo la percusión del martillo": Nelson Werneck Sodré y la producción de la Coleção História Nova en los años 60

Rodrigo Czajka
Eduardo Russo Ramos

Resumen: El artículo aborda el tema de la producción cultural y las trayectorias de los intelectuales en las décadas de 1950 y 1960. Partimos de la hipótesis de que los cambios estructurales de aquellos años de política de desarrollo repercutieron en la recomposición de los sectores de la producción cultural que, a su manera, reconfiguraron los proyectos de la izquierda y sus nociones de brasilianidad y resistencia. Así, al acercarnos al itinerario de Nelson Werneck Sodré, nuestro análisis se centra en el caso particular de la realización de la Coleção História Nova (CHN) y aborda algunas cuestiones relativas a la organización de la intelectualidad de izquierda en los años que precedieron al golpe de 1964. Tomar a la CHN como objeto nos permite esbozar algunas coordenadas sociológicas para pensar las formaciones culturales que estaban en disputa en esos años. También porque la producción de la CHN revela aspectos que remiten a un modo de acción intelectual que se estructuró a principios de la década de 1960 y se reprodujo en los años posteriores al golpe militar.

Palabras-clave: Nelson Werneck Sodré; Colección História Nova; Brasilianidad Revolucionária; Intelectuales; Dictadura Militar.

Recebido em 3 de novembro de 2020
Aprovado em 20 de novembro de 2020